



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1000386-76.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Apreensão e Depósito de Coisa Vendida Com Reserva de Domínio - Compra e Venda**  
 Requerente: **J.Mahfuz Ltda**  
 Requerido: **José Vanderley Pereira de Barros**

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Vistos, etc.

Já foi proferida sentença, entretanto, tem-se que é possível a homologação de transação após a prolação de sentença. Nesse sentido: "*nada impede que seja celebrada e homologada transação após sentença* (TRF-6ª Turma, AC 125.435-BA, rel. desig. Min. Américo Luz, j. 24.8.88, homologaram a transação por maioria, DJU 4.4.89, p. 4761; JTA 108/23), *desde que não transitada em julgado* (JTJ 152/200, 156/216)"<sup>1</sup>.

Há quem admita, "*mesmo no caso de sentença transitada em julgado* (JTJ 151/87)"<sup>2</sup>. Ainda: "*COISA JULGADA – Ofensa aos art. 463 e 471 do Código de Processo Civil – Homologação de transação superveniente a sentença – Inocorrência.*" (2º TACivSP – AI n. 320.818 – Rel. Aldo Magalhães – 4ª Câmara, j. 24.09.91 – AASP 1733); "*TRANSAÇÃO – Efetivação após a sentença – Concessões recíprocas além dos limites originários da demanda – possibilidade – Homologação – cabimento.*" (2º TACivSP – AI 587.501-00/5 – 2ª Câmara – Rel. Juiz Andreatta Rizzo – j. 05.07.99).

Portanto, HOMOLOGO por sentença, para os devidos fins e efeitos legais, o acordo a que chegaram as partes nos presentes autos, objeto da petição de fls. 65 e em consequência, JULGO EXTINTA a presente ação, com fundamento no art. 269, III, do CPC.

Após o trânsito em julgado, feitas as devidas anotações, arquivem-se os autos.

P.R.I.

São Carlos, 22 de julho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

<sup>1</sup> THEOTÔNIO NEGRÃO, *Código de Processo Civil e legislação processual em vigor*, 30ª edição, ed. Saraiva, nota 11ª ao art. 269.

<sup>2</sup> THEOTÔNIO NEGRÃO, *Código de Processo Civil e legislação processual em vigor*, 30ª edição, ed. Saraiva, nota 11ª ao art. 269.